



**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais**  
**Justiça de Primeira Instância**

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

COMARCA DE VARGINHA

3ª Vara Cível da Comarca de Varginha

Rua Colômbia, 100, - até 89/90, Vila Pinto, VARGINHA - MG - CEP: 37010-650

PROCESSO Nº 5002545-70.2019.8.13.0707

CLASSE: RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

ASSUNTO: [Administração judicial]

AUTOR: ELECTRO PLASTIC S A

RÉU: ELECTRO PLASTIC S A

Vistos.

ELECTRO PLASTIC LTDA ajuizou, em 07/05/2019, ação de recuperação judicial perante este Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Varginha.

Sobre a competência de juízo da Comarca de Varginha/MG, a requerente defende que seu principal estabelecimento está localizado em Varginha/MG, de onde partem as decisões que norteiam suas atividades, bem como estão situados os departamentos operacionais, administrativo, financeiro e de recursos humanos, independentemente onde está localizada sua sede estatutária.

Assevera que foi constituída em 31/10/1956, sendo a primeira empresa a desenvolver uma tecnologia própria na produção de filmes e sacos de polietileno e polipropileno, atuando principalmente nos mercados Agrícola e Alimentício e sempre destacando-se das demais em tais ramos do mercado, verberando que passou por transformação do tipo societário em 06/10/2017, quando passou de sociedade anônima para sociedade limitada.

Argumenta não ser inexperiente no enfrentamento de crises econômicas no cenário brasileiro e mundial, tanto assim que foi capaz de atravessar uma das mais sérias e céleres crises econômicas da história mundial recente. Contudo, a Empresa foi obrigada, no ano de 2016, a fazer investimentos vultosos, tendo em vista que o imóvel onde estava instalada sua planta industrial em São Paulo/SP foi desapropriado pela Prefeitura do Município de São Paulo, sendo realizada a construção de uma nova planta industrial e posterior a mudança de toda a estrutura fabril e demais atividades para planta industrial localizada em Varginha/MG.



Aduz, ainda, ter amargado enormes prejuízos com a paralisação das atividades em 2016, entre o planejamento, desmontagem dos equipamentos, perda de equipamentos industriais que não puderam ser aproveitados, transporte e nova instalação. Pondera que, a despeito disso, a nova planta industrial na Cidade de Varginha/MG já se encontra devidamente instalada e gera benefícios presentes e futuros, permitindo a ampliação da capacidade produtiva e de armazenamento.

Verbera que atende todos os requisitos exigidos pelo art. 48 da Lei 11.101/2005 porquanto constituídas e em atividade há mais de dois anos, não tendo falido ou se beneficiado anteriormente de processo de recuperação judicial, assim como seus administradores e sócios não foram condenados por crimes previstos na LRF.

Alega que a inicial se encontra instruída com todos os documentos exigidos no art. 51 da Lei 11.101/2005.

Defende a dispensa de apresentação das certidões negativas de débitos tributários, bem como a autorização para participação em processos licitatórios. Invocando o preenchimento dos requisitos da tutela de urgência, requer: a) que seja assegurada a manutenção de seus “contratos essenciais”, vedando-se sua “rescisão/extinção”, assim como “compensações ou retenções de qualquer pagamento devido à Recuperanda”; b) a dispensa de apresentação de CND’s, inclusive para fins de participação em procedimentos licitatórios; c) seja oficiado ao SPC/SERASA, “determinando a exclusão do nome da Recuperanda dos cadastros de inadimplente”; e d) seja determinado o levantamento de quaisquer constrições impostas a ativos da Recuperanda.

Dando à causa o valor de R\$ 115.300.956,00 (cento e quinze milhões, trezentos mil novecentos e cinquenta e seis reais), requereu a concessão de tutela de urgência e o deferimento do processamento da recuperação judicial.

Relatados, no necessário. Decido.

## **1. DA COMPETÊNCIA DA 3ª VARA CÍVEL DE VARGINHA**

Quanto à competência para processamento do pedido de recuperação, o art. 3º da Lei nº 11.101/05 é claro ao prescrever que *“É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil”*.

Quanto a este ponto, registre-se que a jurisprudência é pacífica quanto ao delineamento do conceito de principal estabelecimento da sociedade devedora. Veja-se:

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUTOFALÊNCIA - COMPETÊNCIA - JUÍZO DO PRINCIPAL ESTABELECIMENTO DEVEDOR.** 1- Nos termos do art. 3º da Lei de Falências e Recuperação Judicial (Lei nº 11.101/05) - lei especial que rege a matéria - é competente para deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor; 2- O domicílio estatutário cede em favor do domicílio real; 3- É competente para processar e julgar a falência o juízo local do principal estabelecimento do devedor. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0188.17.004154-8/001, Relator(a): Des.(a) Renato Dresch, 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 02/08/0018, publicação da súmula em 07/08/2018)



AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - LEI 11.101/05 - COMPETÊNCIA - PRINCIPAL ESTABELECIMENTO DA SOCIEDADE DEVEDORA - PREVENÇÃO.

(...)

- É competente para deferir a recuperação judicial o juízo do local do principal estabelecimento da sociedade devedora.

- O principal estabelecimento é compreendido como aquele que concentra o maior volume de negócios da empresa.

- De acordo com §8º do art. 6º da Lei 11.101/05, a distribuição do pedido de falência/recuperação previne a jurisdição para qualquer outro pedido de recuperação judicial relativo ao mesmo devedor.

- Recurso provido.

(TJMG-Agravo de Instrumento - Cv 1.0024.16.057905-8/005, Relator(a): Des.(a) Heloisa Combat, 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 15/12/2016, publicação da súmula em 09/01/2017)

O acurado exame da inicial indica, com clareza, ser o estabelecimento de Varginha/MG o foco de maior concentração dos negócios da recuperanda.

Assim, conclui-se pela competência deste Juízo da 3ª vara cível da comarca de Varginha para processar a recuperação judicial de ELECTRO PLASTIC LTDA.

## 2. DOS REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 11.101/05

Sobre os requisitos para deferimento do processamento de pedido de recuperação judicial, prescreve o art. 48 da Lei nº 11.101/05:

Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;

II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;

III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)



IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

A requerente comprova, de maneira suficiente, o cumprimento dos requisitos supracitados, ao trazer com a inicial os documentos de ID 68507531 a 68507746.

No que tange ao cumprimento do art. 48, *caput*, da Lei 11.101/05, a requerente encontra-se em atividade desde 17/07/1981 (ID 68507532 - Pág. 2), apresentando ainda certidões negativas de pedidos anteriores de falência, concordatas, recuperações judiciais e extrajudiciais, emitidas pelo TJMG e pelo TJSP (ID 68507533 e 68507534)

Os sócios e administradores da requerente não sofreram condenação anterior por crime falimentar, conforme certidões também juntadas com a inicial.

Posto isso, por ausentes indicativos, até a presente data, que denotem o abuso de direito, fraude, indução do Juízo a erro, ou outras hipóteses que ensejariam a rejeição de plano do pedido de recuperação judicial, entende-se que deve ser deferido o processamento da recuperação, observada as ressalvas feitas a seguir.

### **3. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS**

Quanto ao atendimento dos incisos do art. 51 da LRF, inicialmente verifica-se que:

Inciso I – Extraí-se da análise da inicial e dos documentos que a acompanham, que a requerente, a princípio, apresentou exposição suficiente da situação patrimonial e das razões da crise econômico-financeira verificada a partir de 2016, contendo motivação bastante para o ajuizamento da presente recuperação judicial.

Inciso II – Juntou as demonstrações contábeis dos últimos 03 exercícios, assim como aquelas especialmente levantadas para ajuizamento da ação, contendo demonstrações de resultado e relatório de mutações de patrimônio líquido, bem como fluxo de caixa.

Inciso III – A requerente juntou ainda a relação de credores, que deverá ser objeto de análise da administradora judicial nomeada e do perito contador, em momento posterior.

Inciso IV – Consta, ainda, dos autos a relação de empregados da requerente (ID 68507755).

Inciso V – A fim de cumprir o inciso V, a requerente carrou à inicial contrato social e ata de deliberação e aprovação dos sócios, quanto à necessidade de aviar pedido de recuperação judicial (ID 68507527 e 68507528), bem como certidões da JUCEMG e da JUCESP, conforme ID 68507531 e 68507532, constando nesta a existência de diversas averbações, que poderão oportunamente ser requisitadas pela Administradora Judicial, vez que não apresentadas até o momento.

Inciso VI – No que tange à relação de bens pertencentes aos sócios e administradores, constata-se que não houve apresentação de relação de bens, requerendo que esta seja apresentada em apartado e em caráter sigiloso.

Incisos VII, VIII e IX – A requerente juntou ainda os extratos de contas-correntes e aplicações financeiras, bem como juntou certidões negativas relativas a protestos cambiários. Por fim, cuidou de instruir a inicial com a relação das ações judiciais em que é parte, com a estimativa do valor em litígio.



Destarte, é de se concluir ser possível, por ora, o processamento da recuperação COM RESSALVAS, exigindo-se, concomitantemente, seja a autora intimada para complementar a documentação faltante, notadamente a relação de bens pertencentes aos sócios e administradores, que poderá ser juntada em caráter sigiloso, sem prejuízo de posterior deliberação do juízo quanto à publicidade da documentação.

A propósito da transparência, objetivando melhor análise da documentação exigida pela LRF e a verificação de sua veracidade, foi editada Portaria CNJ nº 15/2016, instrumento através do qual a Corregedoria Nacional de Justiça recomendou ao juízo da 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte (após realização de inspeção entre 09 e 13 de maio de 2016 - Inspeção nº 0001870-51.2016.2.00.0000) a adoção de perícia prévia ao deferimento do processamento da recuperação judicial, visando essencialmente a apuração da compatibilidade da documentação apresentada com os livros contábeis da empresa.

Posteriormente foi editado pela corregedoria do TJMG a Recomendação nº 9/2017 (DJE TJMG – Edição 113/2017) na qual “Recomenda a produção de prova pericial prévia ao pedido de recuperação judicial, nos casos em que não for possível verificar, de plano, os requisitos do art. 51 da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, bem como sobre o prazo máximo para apresentação do laudo pericial ao juízo”.

Desta forma, registre-se que este juízo não dispõe de equipe técnica multidisciplinar para análise da documentação juntada pela requerente, sendo necessária a nomeação de perito para a realização de laudo pericial inicial.

Lado outro, registre-se que a realização da perícia não deve obstar o deferimento do processamento da recuperação judicial, de modo a assegurar observância cada vez mais rigorosa ao princípio da preservação da empresa.

É que, embora a Recomendação nº 9/2017 do TJMG determine a realização de perícia antes do deferimento do processamento da recuperação judicial, o pedido de recuperação judicial tem o condão de gerar efeitos imediatos sobre o desenvolvimento das atividades da requerente, o que pode prejudicar o regular funcionamento de suas atividades e frustrar, em reduzido lapso temporal, o objetivo da própria recuperação judicial.

A parte autora exerce inegável função social no município de Varginha, sendo grande indústria aqui instalada e, apesar da dificuldade financeira que alega temporária, está em funcionamento, proporciona empregos diretos e indiretos, fora os parceiros comerciais que mantém, além de promover a circulação de renda que faz gerar recolhimento de tributos, a bem do interesse público.

O caráter temporário atribuído à crise econômica e financeira da requerente poderá ser mitigado com o deferimento do processamento da recuperação judicial, porquanto tal decisão implica, quanto aos créditos sujeitos à recuperação, a suspensão de execuções de credores, a suspensão dos efeitos dos protestos de créditos sujeitos à recuperação, além de estabelecer cenário favorável à novação de dívidas caso o plano de recuperação a ser apresentado seja aprovado em assembleia de credores.

Tais medidas podem proporcionar a retomada dos negócios, bem como de linhas de créditos e, consequentemente, a restauração do faturamento da requerente, de forma a viabilizar seu real soerguimento e a manutenção de tal fonte produtora, como objetiva a Lei nº 11.101/05, a teor de seu art. 47.

Cabível, portanto, independentemente de oportuna exigência de documentos e informações, o deferimento do processamento da recuperação judicial.

#### **4. DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA**



Questão complementar que demanda apreciação, ainda, diz respeito à tutela de urgência pretendida, referente à manutenção de seus contratos essenciais, à dispensa da apresentação de CND's para licitações, manutenção de bens e ativos da requerente, a determinação de baixas de anotações no SPC/SERASA e ao levantamento de restrições patrimoniais.

A leitura a petição inicial indica, com clareza, que a Autora pretende, na verdade, se antecipar a circunstâncias que, de fato, podem surgir no curso do processamento da recuperação judicial.

No que diz respeito aos contratos essenciais apontados pela requerente, cuja manutenção alega ser fundamental à sua reestruturação empresarial, é imprescindível os esclarecimentos que se seguem.

A conjugação do art. 6º, §4º, com o art. 49, ambos da Lei n.º 11.101, de 2005, estabelece, em relação às obrigações do empresário, um quadro duplice: de um lado, se põem todos os créditos existentes ao tempo do pedido, ainda que não vencidos, em relação aos quais incide amplamente o *stay period*, que consiste justamente em efeito imediato da suspensão da exigibilidade das referidas obrigações; ao passo que, de outro lado, se colocam as obrigações que se constituírem e, obviamente, vencerem, durante o procedimento de recuperação judicial

Quanto aos primeiros, créditos constituídos, ainda que não vencidos, até o pedido de recuperação, sua exigibilidade se restringe ao próprio procedimento de recuperação judicial, de maneira que, deve ser frisado, sua inadimplência - que acaba por justificar o pedido de reestruturação das atividades empresariais, não justifica e não pode justificar a rescisão da avença ou mesmo a suspensão do fornecimento do respectivo serviço à autora.

Já no tocante aos demais, que se constituem no curso do processamento do pedido de recuperação judicial, não incide o regime especial do *stay period*, de modo que o inadimplemento da autora repercute, ou pode repercutir, com todas as consequências decorrentes da mora.

Em outras palavras, essencial ou não o negócio jurídico vigente que esteja abarcado pelo *stay period*, a obrigatoriedade da manutenção da avença e seus efeitos, inclusive o fornecimento dos bens e serviços contratados, é efeito imediato da própria admissão e processamento da recuperação judicial, de forma que, deve ser sublinhado, simplesmente não há sentido em deferir tutela de urgência que tenha justamente este propósito.

Nesta ordem de ideias, quanto às dívidas existentes da autora em relação aos contratos essenciais, assim como às suas demais avenças, carece a autora de interesse em demandar tutela de urgência que assegure o prosseguimento do fornecimento dos bens e serviços contratados.

Na hipótese de algum dos referidos contratos, apesar da expressa prescrição dos arts. 6º e 49 da Lei n.º 11.101, de 2005, ter algum de seus efeitos suspensos pela parte fornecedora, apesar da admissão do processamento da recuperação judicial, aí sim, e só aí, ter-se-á circunstância ensejadora da intervenção judicial que, assegurando vigência aos preceitos citados, resguarde o resultado prático dos negócios jurídicos essenciais ao funcionamento do empreendimento

Destarte, sob este enfoque, não vejo como possa ser deferida a medida liminar reclamada, sem prejuízo de que, consoante registrado, na hipótese de inobservância ao *stay period* por algum de seus credores, com interrupção ou suspensão de fornecimento de bens e serviços imprescindíveis ao seu funcionamento, se assegure pronta atuação judicial após regular demanda.

Também no que diz respeito aos demais requerimentos deduzidos em sede de tutela de urgência, não procede a pretensão da requerente, eis que não resta demonstrado o perigo de dano. De fato, é possível que a requerente possa, no curso da recuperação, demandar a tutela jurisdicional que lhe assegure a dispensa de CND para participar de licitação, o levantamento de atos de constrição patrimonial e a baixa de registros de inadimplência.



A despeito da possibilidade de tal ocorrência, a concessão de tutela jurisdicional a este respeito demanda a demonstração de risco concreto, e não meramente hipotético, o que não se verifica na espécie, inviabilizando, ao menos por ora, a concessão da tutela de urgência reclamada.

Não há, vale dizer, como o Judiciário possa, sem demonstração mínima da configuração de risco de determinada medida, se antecipar às circunstâncias reais, outorgando tutela preventiva geral tão-somente em virtude da admissão do processamento da recuperação judicial.

Ademais, cumpre registrar, para parte das medidas requeridas – tal como a dispensa de apresentação de certidão negativa de débito no bojo de procedimento licitatório – pode, inclusive, carecer este juízo de competência para processar e julgar eventual pretensão, o que ratifica a inviabilidade de acolhida do pedido liminar.

Especificamente no que concerne ao pedido de manutenção de bens e ativos da recuperanda, é certo que os bens de capital essenciais ao exercício da atividade não poderão ser retirados do estabelecimento durante o *stay period*, ainda que a pretensa retirada tenha fundamento em crédito não submetido aos efeitos da recuperação judicial. Tal hipótese resta devidamente prevista no art. 49, §3º da LFR.

Contudo, conforme dito acima, o juízo recuperacional deverá deliberar sobre casos desta natureza se e quando ocorrerem, sendo incabível a concessão de tutela de urgência sem a verificação do perigo de dano.

Neste contexto, IMPÕE-SE REJEITAR os demais requerimentos formulados em sede de tutela de urgência, dada a falta de demonstração do risco concreto de ineficácia do provimento, ressaltando expressamente a possibilidade de, no curso da recuperação judicial e demonstrado o risco concreto, reapreciar pontualmente cada uma das situações configuradas, com esteio no art. 298 do CPC.

#### **Ante o exposto:**

**INDEFIRO** a tutela de urgência pleiteada, sem prejuízo da possibilidade de reapreciação das medidas reclamadas na hipótese de demonstração de risco concreto ao direito controvertido ou de suspensão ou interrupção do fornecimento de bens e serviços essenciais ao funcionamento do empreendimento.

**DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL de ELECTRO PLASTIC LTDA, CNPJ nº 61.421.657/0004-60 e 61.421.657/0001-17.**

Em consequência, com base nos art. 22, 51 e 52 da Lei 11.101/2005:

a) NOMEIO administradora judicial a Dra. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral, com escritório na Alameda Oscar Niemayer, n.º 322, salas 506-509, Vila da Serra, Nova Lima-MG, telefones (31) 3879-2669 e (31) 99199-7244, encarregando-a de acompanhar o processamento da presente na forma da Lei n.º 11.101, de 2005, devendo a mesma ser intimada para, em 48 horas, assinar o termo de compromisso e, ainda, disponibilizar em seu site [www.colnagocabral.com.br](http://www.colnagocabral.com.br) cópia integral da recuperação judicial de forma eletrônica aos interessados, que deverão solicitar por e-mail, como medida necessária para evitar tumulto processual.



b) No que tange à remuneração da administradora judicial, conforme art. 24 da LRF, será fixada considerando a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho realizado e os valores praticados no mercado, observado o teto de 5% do passivo sujeito à recuperação judicial (§1º).

Sopesando a elevada capacidade de pagamento da devedora, amplamente demonstrada em seus relatórios de fluxo de caixa e balancetes, mesmo no período de crise; a visível complexidade do serviço prestado, retratada em quadros de centenas de credores, de empregados e de contratos em vigor; e, por fim, os valores ordinariamente praticados no mercado quanto à matéria, arbitro remuneração para a Administradora Judicial em valor correspondente a 3% do total do passivo, ficando autorizado o pagamento em até 36 parcelas mensais, vencida a primeira em junho de 2019, sem incidência da retenção estatuída no art. 24, §2º, da Lei n.º 11.101, de 2005, dado o recente julgado do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema (REsp 1700700/SP, Min.ª Nancy Andrighi, DJ 08/02/2019).

c) Diante da complexidade do caso e do volume de documentos apresentados, NOMEIO desde logo o contador Luthyanne Costa Filgueira, CRC/MG 088045, com endereço na Av. Mario Werneck, nº1.360, sala 402, Buritis, Belo Horizonte/MG, contato (31) 99150-9455, lfgestaodenegocios@outlook.com, para 2 (dois) encargos distintos, a saber:

c.1) Realização de uma perícia inicial (que tem por escopo atender à Recomendação nº 9/2017 da Corregedoria do TJMG e Portaria CNJ nº 15/2016 da Corregedoria Nacional de Justiça, mas que, já sendo realizada no bojo de recuperação judicial cujo deferimento do processamento já ocorreu, não acarreta prejuízos à atividade da requerente) cujo escopo será: I) verificar se os documentos apresentados pela requerente estão de acordo com os livros contábeis da empresa; II) confrontar a relação de credores com as demonstrações e os livros contábeis da empresa; III) apurar a liquidez dos ativos informados; e IV) identificar outros ativos, nacionais ou estrangeiros, de titularidade da autora.

FIXO prazo de 30 (trinta) dias para realização dos trabalhos periciais iniciais, podendo ser prorrogado a pedido do perito, mediante motivo justificado, diante da complexidade e eventual volume de informações.

Para este trabalho, ARBITRO honorários no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a serem depositados em juízo no prazo de 48 horas, para início imediato dos trabalhos, ficando desde logo autorizada, após depósito do valor pela requerente, a imediata expedição de alvará para levantamento de 50% do montante pelo perito.

O restante dos honorários periciais será pago após a entrega do laudo e resposta a eventuais questionamentos complementares.

c.2) Acompanhamento mensal do processo de recuperação judicial como auxiliar da administradora judicial, com escopo de exame dos balancetes mensais, da contabilidade inerente as atividades da requerente, auxílio na verificação dos créditos e na confecção da relação/quadro de credores oportunos.

Para este trabalho, ARBITRO honorários de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais, a serem pagos diretamente ao perito contador em conta bancária por ele informada, até o dia 5 (cinco) de cada mês, vencendo a primeira parcela no mês de junho de 2019, pelo período de 24 meses.

INTIME-SE o perito quanto à aceitação da nomeação e lavre-se termo de compromisso, intimando o perito para subscrevê-lo.

d) Os documentos (contábeis ou não), livros, informações sobre bens, negócios e contratos poderão ser requisitados ou determinados oportunamente, quer pelo Juízo, quer pelo administrador





judicial, assim como poderão ser solicitados pelo perito nomeado, ficando este desde já autorizado para tanto, a teor do art. 51, § 1º c/c art. 22, I, “d”, e II, “a” da Lei 11.101/05, independentemente de medida incidental autônoma.

e) DISPENSO a requerente de certidões negativas fiscais para o exercício de suas atividades, ressalvada exceção legal (REsp 1.658.042 e Enunciado 55 da 1ª Jornada de Direito Comercial), o que não se confunde com o afastamento específico da tutela de urgência requerida quanto a eventual licitação.

f) DETERMINO a suspensão de todas as ações e execuções contra a requerente, ressalvadas as exceções de lei, por 180 (cento e oitenta) dias (art. 6º, § 4º da LRF).

g) INTIME-SE o Ministério Público sobre esta decisão, bem assim as Fazendas Públicas da União, todos os Estados e todos os Municípios em que a requerente tiver sede e filiais (Varginha/MG e São Paulo/SP).

h) EXPEÇA-SE ofício às Juntas Comerciais, comunicando o teor da presente decisão, devendo ser acrescido ao nome da empresa a expressão “em recuperação judicial”.

i) À Secretaria para:

i.1) providenciar a publicação do edital previsto no art. 52, § 1º da LRF, contendo o resumo do pedido inicial, o teor desta decisão e a relação de credores juntada aos autos. Registre-se expressamente que as habilitações e divergências acerca dos créditos **deverão ser apresentadas diretamente ao administrador judicial, art. 7º da Lei n. 11.101/2005;**

i.2) **excluir qualquer pedido de habilitação de crédito endereçado equivocadamente aos presentes autos, encaminhando-o ao administrador judicial. Note-se que a medida é necessária para evitar tumulto processual;**

j) INTIMEM-SE a recuperanda para disponibilizar à Administradora Judicial e perante a Secretaria do Juízo mídia digital em formato editável .xls contendo a relação de credores.

k) INTIME-SE a requerente:

k.1) de que no curso do processo não poderá alienar, arrendar ou onerar bens, salvo estoque, nem alienar ou ceder/transferir cotas sociais ou mudar o administrador/gestor sem prévia ciência e autorização do Juízo da recuperação judicial, nem também efetuar pagamentos antecipados ou com privilégio para alguns credores em detrimento de outros;

k.2) para apresentar, **em incidente apartado**, seus balanços mensais todo dia 10 de cada mês, com os esclarecimentos e demais documentos que o perito ou o administrador judicial eventualmente solicitarem;



k.3) para apresentar em 10 dias, relação dos bens individuais dos sócios controladores e dos administradores da empresa;

k.4) para apresentar todas as alterações de contrato social, desde a constituição, bem como toda e qualquer averbação realizada nas Juntas Comerciais, incluindo-se, mas não limitado a procurações, alterações contratuais, modificação de sócio ou administrador;

k.5) de que o deferimento do processamento da presente recuperação judicial é feito com as ressalvas acima destacadas, sendo medida sujeita a reversão em caso de descumprimento das determinações ora feitas;

k.6) nos termos do art. 191 da Lei n. 11.101/2005, determino que a autora proceda à publicação do edital a que diz respeito o art. 52 (Lei n. 11.101/2005) em jornal de circulação nacional ou regional;

k.7) nos termos do art. 53 da Lei n. 11.101/2005, determino que a autora apresente o plano de recuperação judicial no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da presente decisão, sob pena de convolação em falência, nos termos do art. 73, II, do mesmo dispositivo legal.

Cumpra-se e intimem-se.

Varginha, 15 de maio de 2019.

ADRIANA FONSECA BARBOSA MENDES

Juíza de Direito

